



2.19 • Nacionalismos e separatismos

República Popular da China: nacionalismo e secessionismos

Alexandre Carriço

NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC), nacionalismo e seccionismo estão umbilicalmente ligados ao conceito de identidade nacional, entendido como as percepções que um Estado e a sua população têm sobre o papel da nação no sistema internacional.

Existem quatro tipos de crises de identidade: resultantes de conflitos territoriais, de assimetrias entre classes sociais, da etnicidade/nacionalidade, e da inclusão histórica e cultural¹. Estas são transversais, ainda que em diversos graus de intensidade, aos atuais desafios de preservação da unidade e estabilidade da RPC, estando subjacentes à implementação dos conceitos de “sociedade harmoniosa” e de “mundo harmonioso” – numa omnipresente ligação entre a herança histórico-civilizacional e a contemporaneidade, entre o interno e o externo ao país.

A erosão da atração político-ideológica, associada às reformas económicas iniciadas em 1978 e às manifestações de Tiananmen de 1989, fizeram com que o Partido Comunista Chinês (PCC), através da “Campanha Nacional de Educação Patriótica” iniciada em 1991, projetasse no nacionalismo e na continuidade do desenvolvimento económico o novo ‘cimento social’, capaz de obstar às tendências secessionistas de Xinjiang e do Tibete, à independência de Taiwan, e tamponar as interferências desestabilizadoras externas.

É essencialmente um nacionalismo/patriotismo han, que tem duas vertentes: estatal/descendente (alimentado e controlado pelo discurso oficial) e urbano-popular/ascendente (que por vezes escapa ao controlo e gera pressão sobre o governo). As minorias étnicas constituem 8% do total da população chinesa, mas as regiões onde vivem ocupam 64% do território nacional.

A unidade da China incorpora cinquenta e cinco nacionalidades minoritárias e classificadas como ‘chinesas’, com os hans a serem a outra e maioritária ‘etnia chinesa’. Agregadas, constituem a “nação chinesa” (*Zhonghua minzu*), onde *minzu* tem uma conotação histórica e cultural (não política), que valida a autonomia conferida às regiões habitadas por chineses não-hans, mas nunca a sua secessão (*i. e.* Xinjiang e Tibete) ou a independência de Taiwan.

Para impedir tal eventualidade, a defesa da integridade territorial e da unidade nacional é feita pelo combate aos denominados “três demónios” (separatismo, extremismo religioso e terrorismo), com recurso à força militar, se e quando necessário, e pela implementação e divulgação das políticas de desenvolvimento económico-social em prol das minorias étnicas².

Xinjiang

Xinjiang é cultural, linguística e historicamente uma excrecência da civilização otomana na China.

Os uighurs como turco-muçulmanos nunca foram completamente assimilados pela cultura chinesa, pelo que o crescimento do nacionalismo islâmico como força transnacional surgiu naturalmente após a implosão da União Soviética e a criação das várias Repúblicas na Ásia Central.

O Programa de Desenvolvimento do Oeste (PDO), promulgado em 1999 com o intuito de combater as assimetrias económicas e sociais entre o litoral e o interior da China, aposta num investimento massivo na construção de infraestruturas de comunicações, transportes e urbanização que, à medida que vão sendo concluídas, têm gerado um assinalável fenómeno migratório han, que fez de Xinjiang o quarto maior destino de migrantes hans (a seguir a Pequim, Xangai e Guangdong), estimando-se que vivam atualmente oito milhões em Xinjiang (40% da população) com os uighurs a serem 46%³.

“
“Shan gao huangdi yuan”
(As montanhas são altas
e o imperador está longe).
Provérbio tradicional chinês.

”

Este fluxo agravou o descontentamento entre os uighurs que vêem os hans como colonizadores, fruto da crescente segregação espacial e social a que são submetidos nas grandes cidades (a exceção ainda é Hotan – a capital de Xinjiang para os uighurs); da marginalização da sua língua e escrita; das poucas oportunidades de emprego em empresas chinesas (onde o domínio do mandarim é condição determinante); das restrições impostas à construção de mais mesquitas; da proibição de práticas religiosas em edifícios governamentais e escolas públicas, da frequência de madrassas nas mesquitas a menores de 18 anos; e do uso da barba por uighurs que sejam funcionários públicos (daí o uso do bigode e da *doppa* como símbolos de identidade).

Estas condicionantes explicam, em parte, o facto de, desde 1997, o número de ataques perpetrados pelo Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (fundado em 1990 nos subúrbios de Kashgar – o centro espiritual uighur) ter vindo a aumentar em frequência e intensidade, apesar do papel da Organização de Cooperação de Xangai na prevenção da cooperação entre separatistas uighurs e os seus congéneres mais fundamentalistas da Ásia Central. Nalguns casos os ataques têm sido condenados pelo Congresso Mundial Uighur, que não deixa no entanto de os explicar no contexto

da estratégia repressiva seguida por Pequim, que combina a prevenção e punição exemplar de actos terroristas com uma aposta no desenvolvimento económico da província (como *pivot* do seu projeto da nova “Rota da Seda”).

Dado o crescente controlo da economia local pelos hans, a segregação socioeconómica e as limitações à prática religiosa dos uighurs, prenuncia-se o agravamento das tensões, não por zelotismo religioso, mas antes pelo sentimento de asfixia da sua identidade étnica.

Tibete

A sintomatologia em cima descrita também se aplica ao Tibete, onde o PDO tem feito sentir os seus resultados. Apesar de os números serem fortemente disputados (com o governo tibetano no exílio a estimar que existam 6 milhões de tibetanos e 7,5 milhões de hans na Região Autónoma do Tibete, e o governo chinês a apontar para 2,8 milhões dos quais 92% são tibetanos), é notório que a presença han tem vindo a crescer acentuadamente e a cidade de Lhasa é já dominada comercialmente pela etnia han⁴.

Ao contrário dos uighurs, virados para o comércio, a sociedade tibetana é essencialmente agrária, pelo que o PDO e a sua política de investimento na urbanização dos tibetanos – vista como um instrumento da sua “libertação da pobreza e da servidão” – tem vindo a aliená-los porque, deslocados do seu meio tradicional, deixaram de ter o seu próprio sustento e nas cidades as oportunidades de emprego são escassas.

Aqui o fulcro da questão é também de natureza religiosa e cultural, consubstanciando um défice de confiança resultante de uma dicotomia percetiva entre aquilo que Pequim define como “práticas religiosas feudais”, potencialmente fragmentadoras da unidade nacional e do projeto de modernização económica; e o que os tibetanos vêem como uma estratégia agressiva de erosão progressiva da sua identidade e religião.

A militância tibetana é autojustificada com base nas políticas de Pequim de demonização do Dalai Lama, da seleção do 11º Panchen Lama, das restrições à liberdade de circulação de monges e freiras para propósitos de estudo e ensino, da incorporação forçada de programas de educação patriótica nos mosteiros, da criação do feriado tibetano de “libertação dos servos”, para além da regulamentação kálfiana de 2007 que estipula que todos os lamas que pretendam reencarnar devem obter aprovação governamental prévia, através do preenchimento de um requerimento. O Dalai Lama, apesar do seu mediatismo internacional (recentemente beliscado por não ter sido recebido no Vaticano pelo Papa Francisco) tem assumido um papel ambivalente na dialética

NACIONALISMO CHINÊS

O nacionalismo chinês celebra tanto as glórias como as fraquezas da sua civilização, para além da absoluta determinação da preservação da integridade e soberania territorial, estando ligado ao objetivo do “rejuvenescimento nacional” – que deverá ser concluído até 2049 (centenário da proclamação da RPC).

negocial bilateral. A sua “Abordagem Intermédia” reconhece desde 2008 o Tibete como fazendo parte de um Estado chinês multiétnico, mas os seus representantes nas negociações com Pequim continuam a não definir o tipo de relação que o Tibete deverá ter com o poder central (a primeira referência foi Taiwan, passando depois a ser Hong Kong, e presentemente é um misto autonómico entre o estatuto deste território e o preconizado na Constituição Chinesa).

A atual situação poderá vir a polarizar-se após a sucessão do atual Dalai Lama, não sendo garantido que a sua linha de paz, diálogo e negociação, que poucos resultados tem obtido, possa continuar a ser adotada por uma nova geração de líderes tibetanos que é mais militante que a atual.

Taiwan

A política de Pequim relativa a Taiwan é compreensivelmente diferente, se comparada com a de Xinjiang e do Tibete. A natureza assimétrica da relação bilateral ‘semi-estatal’ e a ‘síndrome da nação dividida’ explicam a política de “Uma China” e a reunificação de Taiwan como sendo essencial ao completar do *puzzle* da identidade chinesa, numa concatenação dos conceitos de “comunidade imaginada” e de “geografia imaginada”⁵. As razões são quatro: por a ilha ser espelho da persistência da “humilhação nacional”; por ter uma população que lhe recorda o que poderia ter atingido mais cedo, não fosse o impacto destrutivo do “Grande Salto em Frente” e da “Revolução Cultural”; por ser a *nemesis* do projeto de unidade nacional, pela possibilidade de uma declaração unilateral de independência e do potencial contágio a outros territórios nacionais; e como confluência geográfica de dois domínios estratégicos – o continental da China e o marítimo dos EUA.

Concomitantemente a reunificação de Taiwan (pacífica ou não) é essencial para que: Pequim possa recuperar a sua ‘face’ e a total integridade territorial; valide a narrativa de ‘integração harmoniosa’ de ‘uma terceira China’ (depois de Macau e Hong Kong); elimine definitivamente as interferências externas ao desiderato do PCC de uma união nacional, tamponando o crescendo de uma identidade taiwanesa independente, e estabeleça um equilíbrio marítimo regional relativamente aos EUA.

Neste contexto entende-se a estratégia pragmática de Hu Jintao de “ouvir o que Taipé diz e observar o que faz” mas assente numa ‘*détente* militarizada’: por um lado graças à promulgação da Lei Anti-Secessão em 2005 e ao crescente número de mísseis balísticos de curto e médio alcance posi-

cionados nas zonas costeiras em frente a Taiwan; por outro, pela intensificação das relações económicas, culturais e pessoais bilaterais (através de voos diretos diários) e do reavivar das relações entre o PCC e o Partido Nacionalista (KMT).

A eleição de Ma Ying-jeou como presidente da República da China amenizou as relações bilaterais: graças à sua política oficiosa de tréguas diplomáticas com Pequim; pela decisão de que a reunificação ou independência dependem exclusivamente da população de Taiwan, não estando a sua soberania indefinida ou sujeita à vontade de terceiros; por ter hesitado em receber a visita do Dalai Lama após a destruição provocada pelo tufão Morakot (acabando por o receber, mas sem o cumprimentar); e por ter recusado um visto de entrada a Rebiya Kadeer, presidente do Congresso Mundial Uighur.

É notório que há pela primeira vez um quase consenso no espectro político de Taiwan sobre a forma como se deve lidar com a China, e que tem sido demonstrado pela maior previsibilidade, estabilidade e abertura das relações bilaterais. Existem no entanto alguns obstáculos a esta estabilidade: o desacordo resultante de o Partido Democrático Progressista preferir dialogar com Pequim sob um enquadramento internacional (recusado pelo *Zhongnanhai*), em vez do bilateral advogado pelo KMT; a diferença destes partidos face ao PCC e respetivos valores; o crescimento paulatino de uma identidade taiwanesa, que não é nem de ‘finlandização’ nem de ‘hongkongnização’; e os receios de que apesar de dinamizarem a anémica economia nacional, os acordos de cooperação bilateral aumentarem excessivamente a dependência económica de Taiwan face à China, prevendo-se que, em 2020, as suas exportações para o continente sejam 62% do total⁶.

Neste contexto, a estratégia de Pequim continuará a ser pautada pela combinação arduosa de mecanismos coercivos e cooperativos, caldeados por um omnipresente pragmatismo, em reconhecimento da natureza cíclica a que a relação continuará a estar sujeita, bem como de que, por enquanto, o tempo continua a jogar em seu favor.

Observações finais

Se o nacionalismo faz a religião política, nacionalismos baseados em religiões como o islamismo uighur e o budismo tibetano tornam-se alvo das políticas securitárias de Pequim por desestabilizadores da unidade nacional.

A situação vigente só poderá ser rompida se duas situações ocorrerem: os nacionalistas uighurs e tibetanos tornarem-se mais fortes ou o governo de Pequim mais fraco. Como nenhuma delas se prevê vir a ocorrer e em resultado do PDO, “as montanhas deixaram de ser altas e o imperador (*i. e.* o PCC) de estar longe”, pelo que o provérbio tradicional perdeu a sua adequabilidade. A estratégia de Pequim face a Xinjiang e ao Tibete assenta no controlo do território e na sua estabilização; na exploração, potenciação e rentabilização dos respetivos recursos económicos; e na preservação de fontes vitais de água doce.

O paradigma de desenvolvimento económico e do nacionalismo que monopoliza o discurso do PCC, no qual crescimento, eficiência, produtividade e consumo são pontos fulcrais – bem como os benefícios que daí advirão –, necessita de uma calibragem estratégica que não seja nem marxista, nem keynesiana, nem hipernacionalista (algo que o PDO não é).

Se esta calibragem for bem concatenada com a linha pragmática de “ouvir o que Taipé diz e observar o que faz” e as “Quatro Missões Históricas do Exército Popular de Libertação”, a solução para debelar o secessionismo de Xinjiang e do Tibete e para a reunificação de Taiwan estará, quer se queira ou não, cada vez mais em Pequim do que na comunidade internacional. ■

Notas

¹ Ver PYE, Lucian (1971) — “Identity and the Political Culture” em Leonard Binder e Joseph La Palombara (eds.), *Crises and Sequences of Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, pp. 101-135.

² Desde 1990 que a China publicou dois “Livros Brancos” sobre Xinjiang, oito sobre o Tibete, dois sobre Taiwan e quatro sobre a política de integração das minorias étnicas. Disponíveis em <http://www.china.org.cn/e-white/>.

³ WU, Xiaogang e SONG, Xi (2013) — *Ethnicity, Migration, and Social Stratification in China: Evidence from Xinjiang Uyghur Autonomous Region*. Population Studies Center Research Report 13-810. University of California. Disponível em <http://www.psc.isc.umich.edu/pubs/pdf/tr13-810.pdf> [consult. 12 dez. 2014].

⁴ Para uma estimativa tibetana ver “Chinese Presence in Tibet: Population Transfer – Survey of the Impacts of Mass Immigration of Ethnic Chinese into Tibet”. Disponível em <http://tibet.dharmakara.net/TibetFacts2.html> [consult. 12 dez. 2014]. Para uma estimativa chinesa ver MU, Xueqan (2009). “Official: the Chinese People Never Allow other Countries to Interfere with Internal Affairs”. *Xinbua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/2009-10/17/content_12252165.htm [consult. 14 dez. 2014].

⁵ Ver ANDERSON, Benedict (1991) — *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (2nd edition). London: Verso. TENG, Emma (2004). *Taiwan's Imagined Geography: Chinese Colonial Travel Writing and Pictures, 1683-1895*. Cambridge: Harvard University Asia Center.

⁶ ROSEN, Daniel; ZHI, Wang (2010). “Deepening China-Taiwan Relations through the Economic Cooperation Framework Agreement”. *Policy Brief*. Peterson Institute for International Economics. Disponível em <http://www.piie.com/publications/pb/pb10-16.pdf> [consult. 14 dez. 2014].